



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 41, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JULIANO FÉRES NASCIMENTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 192

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, parágrafo único, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JULIANO FÉRES NASCIMENTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JULIANO FÉRES NASCIMENTO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de abril de 2022.

Brasília, 12 de Abril de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JULIANO FÉRES NASCIMENTO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o organismo internacional e curriculum vitae de **JULIANO FÉRES NASCIMENTO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 208/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JULIANO FÉRES NASCIMENTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 20/04/2022, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3318476** e o código CRC **3C7A28C9** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003039/2022-92

SEI nº 3318476

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JULIANO FÉRES NASCIMENTO

CPF.:004.713.957-90

ID.: 10641 MRE

1970 Filho de Luiz Geraldo do Nascimento e Maria Esmeralda Féres do Nascimento, nasce em 17 de janeiro, em Bom Jesus do Itabapoana/RJ

Dados Acadêmicos:

1992 Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1993 CPCD - IRBr
2002 CAD - IRBr
2009 CAE - IRBr. "O Marrocos como plataforma para a exportação brasileira com destino à União Europeia: aspectos comerciais da 'Parceria Euro-Mediterrânea'"

Cargos:

1994 Terceiro-secretário
1999 Segundo-secretário, por antiguidade
2004 Primeiro-secretário, por merecimento
2007 Conselheiro, por merecimento
2010 Ministro de segunda classe, por merecimento
2019 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1994-96 Departamento de Comunicações e Documentação, assessor
1996 Assessoria de Imprensa do Gabinete e Assessoria de Comunicação Social, assistente
1997-99 Subchefia do Cerimonial, assessor
1999-02 Embaixada em Madri, segundo e primeiro-secretário
2002-05 Embaixada em Pretória, primeiro-secretário
2005-07 Embaixada em Rabat, conselheiro
2007-10 Cerimonial da Presidência da República, chefe adjunto
2011-15 Embaixada na Cidade do México, ministro de segunda classe
2015-18 Embaixada em Lima, ministro de segunda classe
2019- Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República, chefe

Condecorações:

1997 Ordem da Rosa Branca, Finlândia, Cavaleiro
1997 Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
1997 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1998 Ordem do Mérito Civil, Espanha, Cavaleiro
1998 Ordem do Cedro, Líbano, Cavaleiro
1999 Ordem do Libertador San Martin, Argentina, Cavaleiro
2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
2009 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2009 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
2009 Medalha do Pacificador, Brasil
2009 Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
2010 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
2019 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador
2019 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



Ministério das Relações Exteriores



**COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA (CPLP)**

MARÇO DE 2022

OSTENSIVO

INFORMAÇÕES GERAIS

Integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, na Cimeira Constitutiva de Lisboa.

A língua comum é o alicerce da Comunidade, formada por Estados membros que também compartilham laços históricos, étnicos e culturais. A CPLP tem, consoante seus estatutos, três objetivos centrais, que constituem os três pilares de sua atuação internacional: concertação político-diplomática; cooperação em todos os domínios; e promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios, consagrados nos Estatutos da organização: igualdade soberana dos estados membros; não ingerência nos assuntos internos de cada estado; respeito pela sua identidade nacional e integridade territorial; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; promoção do desenvolvimento; promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

A origem da Comunidade como organismo intergovernamental remonta ao primeiro encontro de chefes de estado e de governo de língua portuguesa (São Luís do Maranhão, novembro de 1989), de iniciativa do então presidente José Sarney. Nessa ocasião, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede na cidade da Praia, Cabo Verde. Em 2005, o IILP foi integrado formalmente à organização como principal foro de coordenação comunitária para a promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP possui três órgãos deliberativos: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo (com reuniões bienais); o Conselho de Ministros, formado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (com reuniões ordinárias anuais), e o Comitê de Concertação Permanente (CCP, com reuniões mensais na sede na CPLP em Lisboa), que reúne os representantes permanentes dos estados membros junto à organização. Além disso, desde 2002, integram a estrutura da CPLP as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião de Pontos Focais de Cooperação.

Já a Assembleia Parlamentar da CPLP foi constituída em 2007, também como órgão integrante da organização. Instalada desde 2009, ela visa a promover o diálogo e a integração entre os parlamentos dos estados membros, sem ter, porém, competência legislativa. A AP-CPLP reúne representações de todos os Parlamentos dos Estados membros, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países. Seu funcionamento e calendário são independentes do calendário da CPLP. Em reunião em abril de 2015, em Luanda, os presidentes dos grupos nacionais da Assembleia Parlamentar anunciaram que a capital angolana sediará o Secretariado Permanente da Assembleia Parlamentar, o que ainda não foi concretizado.

A presidência da CPLP tem caráter rotativo, com mandato de dois anos. O estado membro que sedia a Conferência de Chefes de Estado e de Governo assume a presidência da Comunidade pelo período subsequente. Cabo Verde assumiu a presidência por ocasião da XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Santa Maria, em 17 e 18 de julho de 2018, sucedendo o Brasil (2016-2018) e Timor-Leste (2014-2016). A partir da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em 17 de julho de 2021, Angola assumiu a presidência rotativa pelo biênio 2021-2023. Encontra-se em processo de definição qual estado-membro sucederá Angola.

O país que ocupa a presidência coordena as reuniões dos três órgãos deliberativos - Conferência, Conselho de Ministros e CCP, bem como as reuniões setoriais e as de pontos focais de cooperação. Em todas as instâncias deliberativas da CPLP, as decisões são tomadas por consenso.

O Secretariado Executivo, com sede em Lisboa, é o órgão operacional da organização. Suas funções principais são implementar as decisões emanadas dos órgãos deliberativos; assegurar a execução dos programas de cooperação além de representar a CPLP em instrumentos firmados com outros entes internacionais. É comandado pelo/a secretário/a executivo/a, secundado/a pelo/a diretor(a)-geral. Ao Secretariado Executivo subordinam-se 3 diretorias: de Cooperação; de Ação Cultural e Língua Portuguesa; e a de Finanças.

A nomeação do Secretário Executivo é objeto de decisão política, em bases rotativas entre os estados membros (usualmente por ordem alfabética de país), para mandatos de dois anos renováveis por mais dois, ao passo que a de diretor-geral é resultante de concurso público internacional. De janeiro de 2019 até 17 de julho de 2021, o cargo de secretário executivo foi ocupado pelo embaixador português Francisco Ribeiro Telles. Por ocasião da Cúpula de Luanda, em 17/7/2021, assumiu o cargo Zacarias Albano da Costa, ex-chanceler de Timor Leste. É a primeira vez que um nacional timorense estará à frente do Secretariado. Já o atual diretor-geral, Embaixador Armindo de Brito Fernandes, nacional de São Tomé e Príncipe, assumiu suas funções em fevereiro de 2020.

O Secretariado Executivo conta hoje com cerca de 40 funcionários.

As Reuniões Ministeriais Setoriais são constituídas pelos ministros e secretários de estado dos diferentes setores governamentais de todos os estados membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respectivos setores governamentais.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. É coordenada pelo representante do país que detém a presidência de turno. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano. O Brasil é representado na Reunião de Pontos Focais de Cooperação pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), unidade do Ministério das Relações Exteriores.

A CPLP oferece a possibilidade de associação por meio das categorias de Observador Associado e Observador Consultivo. A primeira é facultada a terceiros países ou organizações internacionais ou regionais, enquanto a segunda diz respeito a entidades estatais ou das sociedades civis dos nove países identificadas com os princípios e propósitos da CPLP.

A ação político-diplomática da Comunidade desenvolve-se em vários níveis. O mais imediato compreende o diálogo político entre os estados membros com vistas ao fortalecimento institucional nos países da CPLP. Esse diálogo tem desdobramentos práticos em iniciativas concretas de cooperação e apoio em casos de crise, seja no interior dos órgãos comunitários, seja em colaboração com outros organismos regionais a que pertençam os estados membros, seja ainda em concertação com terceiros estados ou organismos. Existe espaço para estreita coordenação dos nove países nos foros multilaterais, em questões como segurança alimentar e energética, migrações internacionais, construção da paz em situações pós-conflito, entre outras.

Nas sedes de organismos internacionais e em diversas capitais, foram criados os “Grupos CPLP”, formados pelos representantes permanentes e embaixadores dos

estados membros, com o objetivo de manter o diálogo e a articulação política sobre os temas pertinentes a cada Grupo. A CPLP tem tido participação construtiva, em consulta com outros atores internacionais, em crises políticas, como o processo de independência de Timor-Leste.

A CPLP busca, ademais, incentivar maior coordenação entre seus estados membros nos diversos foros multilaterais de que participam, bem como articular o apoio conjunto a candidaturas de seus membros a organismos internacionais. A declaração de apoio conjunto a eventuais candidaturas de estados membros a cargos e funções em organismos internacionais é formalizada nos comunicados finais e declarações das reuniões do Conselho de Ministros e das Cúpulas. Cabe lembrar que a CPLP foi o primeiro organismo internacional a apoiar em bloco, na Cúpula de Luanda, em 2010, candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO. A CPLP apoiou, também, a candidatura do embaixador Roberto Azevêdo ao cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2013, além de ter endossado a candidatura do Dr. José Graziano da Silva à sua reeleição na FAO, em 2015. Em Reunião Informal do Conselho de Ministros da CPLP, à margem da 73ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2016, os estados membros da CPLP encorajaram a candidatura do português António Guterres ao cargo de Secretário Geral das Nações Unidas. António Guterres foi eleito pela AGNU em 13 de outubro de 2016 e participou da Cúpula da CPLP em Brasília no mesmo ano. A candidatura da Senadora Mara Gabrilli ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas contou com o apoio em bloco dos países da CPLP.

Também a presença da CPLP no acompanhamento de processos eleitorais de estados membros, sempre a pedido destes, tem sido frequente. Além de contribuir com regularidade para o financiamento das missões de observação eleitoral (MOEs) no âmbito da CPLP, o Brasil integrou todas as mais de 30 missões de observação eleitoral desde que elas foram instituídas, tendo sido a mais recente aquela realizada no Timor Leste em março de 2022. Na visão brasileira, as MOEs contribuem para o desenvolvimento institucional em bases democráticas dos estados membros.

Em 1999, a 54ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) concedeu o status de Observador à CPLP. Desde 2005, a Assembleia Geral adota, a cada dois anos, resolução sobre a cooperação entre as duas organizações, tendo sido a mais recente em agosto de 2017. Além disso, a CPLP possui acordos de cooperação e memorandos de entendimento com alguns dos principais organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI); a ONU-Mulheres, entre outros.

Na área da cooperação, a atuação da CPLP engloba hoje número significativo de temas, seja por meio da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, seja no âmbito das Reuniões Setoriais Ministeriais: ambiente, saúde, trabalho, previdência social, educação, cultura, defesa, igualdade de gênero, justiça, turismo, ciência e tecnologia, direitos humanos, juventude, esportes e comércio. Muitas dessas áreas já elaboraram planos estratégicos de cooperação, que se encontram hoje em diferentes fases de implementação.

A promoção da língua portuguesa é, juntamente com a concertação política e a cooperação técnica, um dos pilares regimentais da CPLP. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sediado em Cabo Verde, é o órgão da CPLP encarregado da

coordenação de políticas e do desenvolvimento de projetos para a promoção da língua portuguesa. Seu atual diretor executivo é o linguista Incanha Intumbo, da Guiné-Bissau.

Atualmente, o IILP desenvolve projetos como o Vocabulário Ortográfico Comum, que pretende incorporar vocabulários de todos os países membros, bem como o Portal do Professor, destinado a oferecer material didático gratuito para o ensino de português como língua estrangeira. O IILP recentemente iniciou projeto para harmonização da terminologia técnica e científica entre os países membros. O Brasil acredita que o instituto deverá ter seu papel gradualmente estendido para a realização de projetos de interesse dos países membros da CPLP, a exemplo de um guia gramatical comum de referência e um dicionário básico construído a partir do Vocabulário Ortográfico Comum.

A CPLP realizou, em 2010, 2013, 2016 e 2021, Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, respectivamente em Brasília, Lisboa, Díli e Cabo Verde (formato virtual). As conferências têm-se mostrado proíficas para a discussão de políticas com vistas à promoção do idioma compartilhado.

Embora as negociações que resultaram na assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP), em 1990, antecedeam a criação da CPLP, os desdobramentos mais recentes do tema foram incorporados à agenda da organização, especialmente nas atividades desenvolvidas pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa. O Acordo Ortográfico é um tratado internacional de que fazem parte Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, com o objetivo de criar ortografia unificada para o português.

Brasil e Portugal já ratificaram e implementaram o Acordo. Em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné-Bissau o instrumento, já ratificado, está em fase de implementação. Já em Angola e Moçambique, resta pendente a ratificação.

Em 2010, a Guiné Equatorial adotou o português como a terceira língua oficial do país, ao lado do espanhol e do francês. Em 2014, o país tornou-se estado membro da CPLP. O processo de adesão foi acompanhado por um plano de trabalho negociado entre o governo da Guiné Equatorial e o Secretariado Executivo da CPLP, que formalizou o compromisso do país de promover o português em seu território, bem como de aproximar as estruturas institucionais equato-guineenses dos valores e princípios da CPLP.

Um dos maiores gestos da Guiné Equatorial no processo de ingresso na CPLP foi a declaração de moratória na aplicação da pena de morte no país. Em Brasília, durante a XI Cúpula da Comunidade, o presidente Obiang solicitou o apoio técnico dos estados membros para a harmonização legislativa de seu país, no sentido de converter a moratória da pena de morte em abolição plena do instituto.

O maior desafio enfrentado hoje pela CPLP consiste na gestão de seu próprio crescimento, já que a agenda da organização abrange atualmente grande diversidade de temas. A "Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026)", aprovada pelos chefes de estado e de governo durante a cúpula de Brasília, indica rumos a serem priorizados pela Comunidade nos próximos anos, notadamente: a facilitação da circulação de pessoas no espaço comunitário, a interação cultural, educacional e científica com os países Observadores Associados, além do incentivo ao incremento dos fluxos econômicos entre os países de língua portuguesa.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

O Brasil desempenhou papel decisivo no processo que levou à criação da CPLP, em 1996, tendo como antecedente a primeira reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa ocorrida em São Luís do Maranhão, em novembro de 1989, por iniciativa do então presidente José Sarney. Alguns anos depois, em 1993, o então embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, realizou, por instrução do então presidente Itamar Franco, missão junto aos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), com o objetivo de propor e discutir a constituição de uma comunidade de países de língua portuguesa, o que se revelou fundamental nas negociações que levaram à criação da CPLP, em 1996.

O Brasil comandou o Secretariado Executivo da CPLP no período de 2000 a 2004, primeiramente com a senhora Dulce Maria Pereira, primeira mulher a exercer essa função, entre 2000 e 2002, e em seguida com o embaixador José Augusto de Médicis, entre 2002 e 2004. O Brasil esteve também à frente da Direção Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) entre 2010 e 2014, na pessoa do professor Gilvan Müller de Oliveira.

O Brasil exerceu a presidência rotativa da CPLP no período de 2002 a 2004 e entre 2016 e 2018. Foi também o primeiro estado membro a estabelecer uma Missão Permanente junto à CPLP, em Lisboa, em julho de 2006, dedicada exclusivamente à Comunidade.

SEGUIMENTO DA XIII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP (LUANDA, 17 DE JULHO DE 2021)

- As Reuniões Ordinárias do Conselho de Ministros da CPLP acontecem anualmente; a cada dois anos, elas se dão na véspera da Conferência de Chefes de Estado e de Governo. Em 2021, o Conselho de Ministros reuniu-se no dia 16 de julho, em preparação à cúpula do dia 17.
- A XXVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros coincidiu com o aniversário de 25 anos da CPLP, efeméride que mereceu balanços e celebrações em Luanda. O Centro Cultural Brasil-Angola preparou, na oportunidade, programação cultural específica.
- O conclave também marcou o encerramento da presidência de turno cabo-verdiana da Comunidade. Iniciada em 2018 e prolongada em um ano em função da pandemia de Covid-19, a presidência cabo-verdiana dedicou-se, prioritariamente, à negociação do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados Membros da CPLP.
- Com a assunção da presidência de turno da CPLP por Angola, a temática econômico-comercial passou ao centro dos debates na Comunidade. Angola declarou que o lema de sua presidência seria "Construir e Fortalecer um Futuro Comum e Sustentável". Durante a cúpula, os chefes de Estado e de Governo foram chamados a intervir sobre o tema "Fortalecer e Promover a Cooperação Econômica e Empresarial em Tempos de Pandemia, em prol do Desenvolvimento Sustentável dos Países da CPLP".
- A intenção de Angola é a de elevar a cooperação econômico-empresarial a objetivo central da CPLP, ao lado dos objetivos constitutivos de concertação político-diplomática, cooperação em todos os domínios e promoção e difusão da língua portuguesa.
- A cúpula também ensejou o anúncio do nome de Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente de Portugal, como o vencedor do prêmio “José Aparecido de Oliveira”, concedido bienalmente pela CPLP a personalidades ou instituições que se destaquem na promoção dos princípios e objetivos da Comunidade.
- O conclave elegeu o novo Secretário Executivo da CPLP, o ex-Ministro das Relações Exteriores timorense Zacarias Albano da Costa, que recebeu o bastão do Embaixador português Francisco Ribeiro Telles, no cargo desde janeiro de 2019.
- Em preparação à XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo (CCEG), as Assembleias Nacionais de Cabo Verde e de Guiné-Bissau realizaram a X Sessão da Assembleia Parlamentar da CPLP, em 7 e 8 de julho, em Bissau, sob o tema “Ambiente de negócios e desenvolvimento sustentável nos países membros da CPLP no pós-Covid-19”. O órgão propicia diálogo entre os parlamentos nacionais e possui caráter consultivo. Membros da Câmara dos Deputados participaram do encontro.
- A XIII Cúpula da CPLP aprovou, entre outros, o Acordo de Mobilidade da CPLP; a concessão da Categoria de Observador Associado da CPLP para 10 novos países (Canadá, Catar, EUA, Irlanda, Espanha, Índia, Costa do Marfim, Peru, Grécia, Romênia) e três organizações internacionais (Conferência Ibero-Americana, G7+ e Organização Europeia de Direito Público), totalizando 32 Observadores Associados; resoluções sobre mudança climática e sobre segurança alimentar; e a Declaração de Luanda, que consubstancia os principais consensos alcançados pelos Estados membros da CPLP nas suas três áreas centrais de atuação.

- Destacam-se na Declaração de Luanda manifestação sobre a situação humanitária em Cabo Delgado (Moçambique); apoio aos processos eleitorais nos estados membros, ao multilateralismo, à democracia e aos direitos humanos; apoio a esforços de paz conduzidos na África (Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos e Fórum Pan-Africano para a Cultura da Paz); incentivo aos "Grupos CPLP" organizados ao redor do mundo; bem como apoio recíproco a candidaturas.
- O Brasil recebeu o endosso da CPLP para quatro candidaturas (Conselho de Segurança da ONU, Conselho de Direitos Humanos, Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo e Comissão de Direito Internacional da ONU), além do renovado apoio à "aspiração do Brasil de ocupar assento permanente num CSNU reformado".

ACORDO DE MOBILIDADE

- As negociações em torno do Acordo sobre a Mobilidade entre os estados membros da CPLP começaram em meados de 2018. Em reunião técnica realizada em fevereiro último, logrou-se consenso em torno do projeto de acordo.
- A presidência de turno cabo-verdiana convocou a XV Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP (videoconferência, 26/03/2021) com o objetivo precípuo de examinar o acordo de mobilidade. Na ocasião, seu texto foi endossado, para submissão à XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.
- O Brasil participou ativamente das reuniões técnicas negociadoras, em estreita coordenação com as autoridades migratórias pertinentes (Ministério da Justiça e Segurança Pública e, em seu âmbito, da Polícia Federal).
- O acordo visa à criação de quadro de cooperação em matéria de mobilidade dos cidadãos dos Estados membros da CPLP, por meio de sistema flexível e variável que atenda às particularidades relativas a cada Estado.
- O acordo confere aos Estados um leque de soluções que lhes permite assumir compromissos decorrentes da mobilidade de forma faseada e com níveis diferenciados de integração, bem como ajustar os impactos do acordo às suas especificidades internas, nas dimensões política, social e administrativa.
- O Acordo prevê a criação de três modalidades de mobilidade:
 - I. Estada de Curta Duração CPLP: entrada e permanência de nacional de uma Parte no território de outra Parte, com dispensa de autorização administrativa prévia, por um curto período, nos termos da legislação interna da Parte de acolhimento;
 - II. Visto de Estada Temporária CPLP: autorização administrativa concedida ao nacional de uma Parte para entrada e estada de duração superior às estadas de curta duração no território de outra Parte e não superior a doze meses;
 - III. Visto de Residência CPLP: autorização administrativa concedida ao nacional de uma Parte para a entrada no território de outra Parte com a finalidade de, nesta Parte, requerer e obter Autorização de Residência CPLP.
- A visita do Secretário Executivo da CPLP a Brasília, em fevereiro de 2022, deu impulso à tramitação do Acordo sobre a Mobilidade nas duas casas do Legislativo, tendo sido aprovado no Senado Federal precisamente em 17/2, dia do regresso do

SE-CPLP a Lisboa. No dia seguinte o decreto legislativo correspondente foi publicado.

- A Carta de Ratificação do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados Membros da CPLP foi depositada pessoalmente pelo Ministro das Relações Exteriores na sede da CPLP, em Sessão Solene realizada no dia 7/3/2022. Está em tramitação o decreto presidencial que colocará o acordo em vigor internamente.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA

- Sob o título "Construir e Fortalecer um Futuro Comum e Sustentável", Angola assumiu a presidência de turno da CPLP, por ocasião da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Luanda, 17 de julho de 2021). Com isso, o foco do agrupamento deixou de ser a questão da mobilidade (tema da presidência cabo-verdiana) e passou a ser a cooperação econômica. O tema do debate geral da cúpula foi "Fortalecer e Promover a Cooperação Econômica e Empresarial em Tempos de Pandemia, em prol do Desenvolvimento Sustentável dos Países da CPLP".
- Embora não se encontre entre os três objetivos constitutivos da CPLP (concertação política, cooperação em todos os domínios e promoção da língua portuguesa), a necessidade de fomentar e promover o potencial econômico e comercial da CPLP tem sido menção recorrente em intervenções de diversos estados membros. O tema habita as diretrizes da Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026), aprovada na Cúpula de Brasília (2016).
- A Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP), criada em 2009 por empresários moçambicanos e portugueses, tem procurado dar impulso ao aprofundamento das relações entre empresários e investidores dos países da Comunidade. A despeito do uso da sigla CPLP no nome, a CE é entidade de direito privado, detentora do status de Observador Consultivo da CPLP. A entidade organizou evento internacional de envergadura, a Conferência de Mercado da CPLP (Maputo, maio de 2018), e, mais recentemente, fórum de negócios em Malabo (maio de 2021). Atualmente, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa o Brasil na CE-CPLP. A CE é a única entidade multissetorial dedicada especificamente ao mercado da CPLP.
- Realizou-se em São Tomé, em março de 2022, a II Cimeira de Negócios da Confederação Empresarial da CPLP. O evento contou com a participação de cerca de 150 empresários e representantes comerciais. As apresentações organizaram-se em oito painéis temáticos: turismo sustentável; economia do mar, agricultura e transformação alimentar; Compacto Lusófono e instrumentos de financiamento de investimentos; Emprego Jovem; Autoridades de STP; Transformação Digital, Telecomunicações e Novas Tecnologias; Energia e Infraestruturas; e Internacionalização de Empresas.
- Ainda no âmbito da cooperação em temas econômico-comerciais, cumpre mencionar as ações de cooperação levadas a cabo pela Conferência dos Diretores-Gerais de Aduana da CPLP, na qual a Receita Federal do Brasil cumpre papel importante. Iniciada em 1983, a dinâmica colaboração entre as aduanas lusófonas centra-se na troca de informações, na capacitação dos recursos humanos e na harmonização de políticas e procedimentos, além do combate à fraude fiscal e aduaneira, recorrendo a Acordos de Assistência Mútua ou ao intercâmbio de melhores práticas.

- Em favor do incremento da cooperação econômico-comercial, destacam-se os seguintes fatos: i) a CPLP, em seu conjunto, é o 4º produtor mundial de petróleo (Angola, Brasil, Guiné Equatorial, Moçambique e Timor-Leste); ii) na CPLP se concentram 50% das descobertas de recursos energéticos ocorridas desde o início do século XXI (Angola, Brasil e Moçambique); iii) na CPLP encontram-se 16% das reservas mundiais de água doce, ademais de uma vasta e rica plataforma continental de recursos marinhos e minerais. Cumpre recordar que todos os países da CPLP são costeiros.
- Outra importante potencialidade da Comunidade na vertente econômica deriva do fato de seus estados membros pertencerem a grandes blocos econômicos, como MERCOSUL, União Europeia, SADC e Acordo de Livre Comércio Continental Africano. Ademais, há perspectiva de entrada de Timor-Leste na ASEAN. Esse fator faz da CPLP importante polo de atração de países e organizações terceiras, conforme atesta o número crescente de Observadores Associados da Comunidade.
- Entende-se que o aprofundamento da cooperação econômica entre os países da CPLP seria facilitado pelas intensas relações bilaterais, pelos vínculos histórico-culturais e pelo idioma comum.

ANÁLISE DOS FLUXOS ECONÔMICO-COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CPLP

- Apesar da crise econômica provocada pela pandemia de Covid-19, houve retomada do crescimento das exportações brasileiras a países da CPLP. As exportações do Brasil atingiram o patamar de US\$ 2 bilhões em 2020.
- O crescimento das exportações deve-se quase que exclusivamente aos embarques de óleos brutos de petróleo. Em 2019, o Brasil exportou pouco mais de US\$ 250 milhões. Em 2020, esse número mais que triplicou, ultrapassando os US\$ 875 milhões.
- Os produtos do agronegócio somaram US\$ 714 milhões e responderam por cerca de 34% do total exportado pelo Brasil para os países da CPLP em 2020. Os principais produtos são soja em grãos e sementes, cereais, açúcar e confeitaria, carnes e madeira. Em relação a 2019, houve queda do valor total exportado (US\$ 858 milhões) e do percentual do agronegócio em relação às exportações totais (50,7%). Nos últimos três anos, verificou-se tendência de queda das exportações agrícolas brasileiras para os países da CPLP, sobretudo das vendas de carnes, frutas e soja, e nível inédito de concentração em óleos brutos de petróleo.
- Dentre os membros da CPLP, os principais destinos das exportações brasileiras do agronegócio em 2020 foram Portugal (60%), Angola (33%) e Cabo Verde (3%). Nos últimos três anos, as exportações de produtos agropecuários para Portugal e Cabo Verde mantiveram-se relativamente estáveis, ao passo que as vendas para Angola se reduziram significativamente. Desse modo, a participação do mercado angolano reduziu-se de 42% para 33% no período de 2018 a 2020.
- As importações brasileiras mantiveram-se estáveis entre 2019 e 2020.
- O principal produto importado pelo Brasil de países da CPLP é o azeite, oriundo sobretudo de Portugal. Outros produtos, como petróleo, vinhos, máquinas e peixes também aparecem como destaque da pauta importadora, em menor proporção que o

azeite. As vendas de produtos do agronegócio originários de países da CPLP para o Brasil totalizaram US\$ 483 milhões em 2020 e representaram 46,6% do total importado pelo Brasil dos países do bloco. Os principais fornecedores foram Portugal e Moçambique.

- Quanto ao saldo comercial, o Brasil coleciona seguidos superávits nos últimos 10 anos, na faixa de US\$ 1 bilhão de dólares.

PRÊMIO JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

- O Prêmio José Aparecido de Oliveira (JAO), instituído em 2011 pela CPLP, homenageia personalidades e instituições que se distingam na promoção dos princípios, valores e objetivos da Comunidade, bem como na realização de estudos e trabalhos de investigação que se inscrevam nesse âmbito. No montante de € 30 mil, ele é conferido a cada dois anos, sempre por ocasião das cúpulas da agremiação, a nome que resulte do consenso dos estados membros.
- As candidaturas são apresentadas à razão de uma por entidade pelos estados membros, Observadores Associados e Observadores Consultivos. O júri é composto pelos representantes permanentes dos estados membros junto da CPLP e delibera por maioria absoluta. A atribuição é feita em cerimônia pública e solene, à margem da Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
- Em sua primeira edição, em 2012, o prêmio foi atribuído ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; em 2014, o premiado foi o ex-Presidente do Timor-Leste, Xanana Gusmão, juntamente com a Igreja Católica Timorense. Já na Cúpula de 2016, realizada em Brasília, a CPLP premiou, *ex æquo*, o ex-Presidente de Portugal, Jorge Fernando Branco de Sampaio; o ex-Secretário Executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para África, Carlos Lopes; e o primeiro Representante Permanente do Brasil junto à CPLP, Embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira. Em 2018, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, foi o premiado.
- Na última Cúpula foi agraciado com o prêmio o Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa.

COOPERAÇÃO NA CPLP

- Desde a criação da CPLP, em 1996, o Brasil tem sido líder na proposição e implementação de ações de cooperação em prol do desenvolvimento socioeconômico dos países-membros. A cooperação brasileira tem coberto amplo conjunto de temas, dos quais atualmente sobressaem saúde, recursos hídricos, ensino superior e direitos das pessoas com deficiência.
- Em 2022, estão em execução 3 projetos de cooperação técnica regional com a CPLP:
 - (i) Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES); (ii) Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP; e (iii) Capoeira: Formação Técnico-Profissional e Cidadania.
- Embora já finalizado, o projeto de cooperação intitulado “Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não

Governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP”, executado pela Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, teve atividades implementadas com êxito em Díli (Timor Leste) e em Bissau, durante 2019.

- A cooperação na área de saúde é uma das mais expressivas vertentes de atuação do Brasil no âmbito da CPLP. Uma das iniciativas de maior sucesso é a “Rede de Bancos de Leite Humano da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, criada em outubro de 2018. Além da disseminação dos conhecimentos brasileiros sobre bancos de leite humano, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, em seu papel de entidade assessora da CPLP para implementação do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde, também apoia a capacitação de recursos humanos em saúde pública e a consolidação dos institutos nacionais de saúde pública dos países membros da CPLP.
- Ademais, a ABC viabilizou o apoio metodológico e logístico à discussão em torno dos mecanismos de governança e gestão da Cooperação na CPLP, que resultou nos seguintes instrumentos: Manual de Cooperação da CPLP, Regimento Interno da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, Documento Estratégico de Cooperação 2020-2026, Quadro Bienal de Cooperação da CPLP e Revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP. Esse processo proporcionou o aprimoramento dos documentos técnicos que envolvem a elaboração dos projetos, relatórios, pareceres técnicos e prestação de contas.

COOPERAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

- No contexto do combate à pandemia de Covid-19, até o momento, o Brasil efetuou as seguintes doações humanitárias em favor de países da CPLP:
 - US\$ 100 mil para aquisição de equipamentos, medicamentos, e materiais médicos em Moçambique, com apoio do Programa Mundial de Alimentos (PMA);
 - Envio ao porto da Beira, em Moçambique, com apoio do PMA, de 4 mil toneladas de arroz beneficiado dos estoques públicos brasileiros administrados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para reforçar a segurança alimentar e nutricional moçambicana;
 - US\$ 50 mil para aquisição de medicamentos e insumos hospitalares, com vistas a contribuir para o “Plano de Contingência Nacional à Epidemia”, do governo de São Tomé e Príncipe, com o apoio do PMA.
- O Brasil tem atendido a demandas de auxílio humanitário de um total de 18 países em desenvolvimento, muitos deles africanos, bem como de organismos internacionais, a exemplo do Centro de Prevenção e Controle de Doenças da União Africana, para o qual o Brasil doou US\$ 250 mil.
- Por ocasião da XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em 9 de dezembro de 2020, aprovou-se resolução sobre reforço da Cooperação na CPLP em situações de emergência. Encontra-se em elaboração proposta de instrumento de

referência, com recomendações para promoção da cooperação multilateral em tempos de emergência.

LÍNGUA PORTUGUESA

- Em suas ações de difusão da língua portuguesa, o Brasil busca sempre valorizar o **caráter pluricêntrico** do idioma, exercício que permite a representação de todas as variantes do idioma e o fortalecimento do valor econômico da língua portuguesa.
- Na perspectiva brasileira, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), órgão vinculado à CPLP e sediado em Praia (Cabo Verde), desenvolve trabalho fundamental para gestão do idioma em âmbito internacional.
- A atuação do Ministério das Relações Exteriores na difusão da língua portuguesa ocorre em três planos: i) no âmbito de ações gestadas por organizações internacionais, como a CPLP; ii) em ações bilaterais, nomeadamente com Portugal; e iii) unilateralmente, por meio de uma rede de ensino no exterior que remonta à década de 1940.
- A rede de ensino do MRE conta atualmente com 24 Centros Culturais Brasileiros, 5 Núcleos de Ensino de Português e 32 Leitorados nos cinco continentes. No período pré-pandemia, a rede do MRE chegou a atender mais de 20 mil alunos por semestre.
- A CPLP realizou, em 2010, 2013, 2016 e 2021, Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, respectivamente em Brasília, Lisboa, Díli e Cabo Verde (formato virtual). As conferências têm-se mostrado profícuas para a discussão de políticas com vistas à promoção do idioma compartilhado.

Perfis Biográficos

SECRETARIADO EXECUTIVO DA CPLP



ZACARIAS ALBANO DA COSTA
Secretário Executivo da CPLP

Tem 57 anos, é formado em Humanidades pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa de Braga. Antes da independência do Timor-Leste, participou ativamente da “Frente Diplomática”, tendo representado a Resistência Timorense junto às Instituições Europeias, em Bruxelas (1995-2000). Retornou ao Timor-Leste em 2000, onde exerceu funções no Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e na Agência Americana para o Desenvolvimento (USAID), além de ter sido um dos fundadores da Cruz Vermelha do Timor-Leste. Em 2000, fundou o Partido Social Democrata (PSD) timorense. Em 2006, foi eleito Deputado no Parlamento Nacional. Entre 2007 e 2012, ocupou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Após deixar a carreira política, lecionou na Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional do Timor-Leste (2013-2014) e desempenhou funções na Confederação Empresarial da CPLP e na União de Exportadores da CPLP. Em outubro de 2018, foi chefe da Missão de Observação Eleitoral da CPLP às Eleições Legislativas, Autárquicas e Regionais em São Tomé e Príncipe.



EMBAIXADOR ARMINDO DE BRITO FERNANDES
Diretor Geral da CPLP

Natural de São Tomé e Príncipe, é Mestre em Direito Internacional pela Universidade Estatal de Kiev (1989) e diplomata de carreira. Já ocupou os cargos de Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades; de embaixador em Angola; de chefe da Missão Diplomática de São Tomé e Príncipe junto à União Europeia e aos organismos do Sistema das Nações Unidas na Europa.

INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA (IILP)



PROF. DR. INCANHA INTUMBO

Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)

Natural de Guiné-Bissau. Em 2001, formou-se em Estudos Portugueses e Franceses pela Universidade de Coimbra. Em seu mestrado em Linguística Descritiva, comparou as gramáticas do crioulo guineense, do português e da língua guineense balanta. É Doutor em Letras pela Universidade de Coimbra. Após um primeiro mandato (2019-2020) como Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), foi reconduzido ao cargo para novo biênio, por decisão da XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (dezembro de 2020).

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
Estados membros	9 Estados membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial (desde 2014), Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (desde 2002)
Observadores Associados	Desde 2006: República de Maurício. Desde 2008: Senegal. Desde 2014: Geórgia, Japão, Namíbia, Turquia. Desde 2016: República Tcheca, República Eslovaca, Hungria, Uruguai. Desde 2018: Argentina, Chile, Itália, Andorra, França, Luxemburgo, Sérvia, Reino Unido, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura. Desde 2021: Canadá, Estado do Qatar, Estados Unidos da América, Irlanda, Reino de Espanha, República da Índia, República da Costa do Marfim, República do Peru, República Helénica, Romênia, Conferência Ibero-Americana, g7+, Organização Europeia de Direito Público (OEDP/EPLO)
Fundação	17 de julho de 1996
Ano de adesão do Brasil	1996 (membro fundador)
Sede	Lisboa (Portugal), sede do Secretariado Executivo da CPLP
Principais órgãos	Conferência de Chefes de Estado e de Governo; Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores; Comitê de Concertação Permanente; Secretariado Executivo; Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP); Reunião de Pontos Focais de Cooperação; Conferências e Reuniões Ministeriais; Assembleia Parlamentar.
Principais chefias	Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros; Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros; Secretário/a Executivo/a (precedência protocolar equivalente à de chanceler);
Secretário Executivo	Zacarias Albano da Costa, desde 17/07/2021
Diretor-Geral (responsabilidades administrativas)	Armando Brito Fernandes (São Tomé e Príncipe), desde fevereiro de 2020.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1989	Encontro de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em novembro.
1990	Assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
1993	Missão do Embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, aos países africanos de língua portuguesa, para discutir a criação de uma comunidade de países de língua oficial portuguesa.
1996	I Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 17 de julho – Cimeira Constitutiva da CPLP. Portugal assume a presidência rotativa da CPLP. Marcolino José Carlos Moco (Angola) é escolhido o primeiro Secretário Executivo da CPLP.
1998	II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, na Cidade da Praia, em 16 e 17 de julho. Cabo Verde assume a presidência rotativa da CPLP.
1999	Missão de observadores da CPLP ao referendo sobre a autodeterminação do Timor-Leste, em agosto – primeira missão de observação eleitoral da CPLP. CPLP ganha status de Observador na Organização das Nações Unidas (ONU).
2000	III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo, em 17 e 18 de julho. Moçambique assume a presidência rotativa da CPLP. Dulce Maria Pereira (Brasil) é escolhida Secretária Executiva da CPLP.
2002	IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, em 31 de julho e 1 de agosto. Brasil assume a presidência rotativa da CPLP. Timor-Leste, independente desde 20 de maio de 2002, é admitido como Estado membro da CPLP. José Augusto de Médicis (Brasil) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.
2004	V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé, em 26 e 27 de julho. São Tomé e Príncipe assume a presidência rotativa da CPLP. Luís de Matos Monteiro da Fonseca (Cabo Verde) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.
2005	O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é incorporado à arquitetura institucional da CPLP como um de seus órgãos.
2006	VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Bissau, em 16 e 17 de julho. Guiné-Bissau assume a presidência rotativa da CPLP. Guiné Equatorial e República da Ilha Maurícia são admitidas como Observadores Associados da CPLP. O Brasil abre sua Missão Permanente junto à CPLP, em Lisboa.
2007	A Guiné-Bissau abre sua Missão Permanente junto à CPLP.
2008	VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 25 de julho. Portugal assume a presidência rotativa da CPLP. Domingos Simões Pereira é escolhido Secretário Executivo da CPLP.

	Senegal é admitido como Observador Associado da CPLP. Helder Vaz Lopes (Guiné-Bissau) assume como o primeiro Diretor-Geral da CPLP. Tem início o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Documentário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (DOCTV CPLP), projeto co-financiado por Brasil e Portugal, inspirado no programa brasileiro DOCTV.
2009	Portugal e Timor-Leste abrem suas Missões Permanentes junto à CPLP. Instituído o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, a ser comemorado no dia 5 de maio. A data refere-se ao dia em que ocorreu a primeira reunião de ministros da cultura dos países da CPLP, em 2000.
2010	VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, em 23 de julho. Angola assume a presidência rotativa da CPLP. Angola abre sua Missão Permanente junto à CPLP. I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Brasília, em março. Adoção do Plano de Ação de Brasília. O professor brasileiro Gilvan Müller de Oliveira é escolhido Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). São adotados os novos Estatutos do IILP, ainda em processo de ratificação. A CPLP declara seu apoio ao candidato brasileiro à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). A Guiné Equatorial adota o português como língua oficial e apresenta sua candidatura a membro pleno da CPLP. Criado o Prêmio José Aparecido de Oliveira, por iniciativa brasileira.
2011	I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, em Brasília, de 28 a 30 de setembro. O apoio da CPLP contribui para a eleição de José Graziano da Silva para a Direção-Geral da FAO.
2012	CPLP inaugura sua nova sede, em Lisboa. IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo, em 20 de julho. Moçambique assume a presidência rotativa da CPLP. Murade Isaac Miriguy Murargy (Moçambique) é escolhido Secretário Executivo da CPLP. Moçambique abre sua Missão Permanente junto à CPLP. O Prêmio José Aparecido de Oliveira é concedido pela primeira vez ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aprovada atualização dos Estatutos da CPLP, em processo de ratificação.
2013	II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Lisboa, em outubro. Adoção do Plano de Ação de Lisboa. CPLP apoia em bloco a candidatura do embaixador brasileiro Roberto Azevêdo para a Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).
2014	X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Díli, em 23 de julho. Timor-Leste assume a presidência rotativa da CPLP. Georgina Benrós de Mello (Cabo Verde) assume como Diretora-Geral da CPLP. A Guiné Equatorial é admitida como membro pleno da CPLP. Geórgia, Japão, Namíbia e Turquia são admitidos como Observadores Associados da CPLP.

	A professora Marisa Guião Mendonça (Moçambique) é escolhida a nova Diretora-Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). O brasileiro Carlos Alves de Moura é designado como Representante Especial da CPLP para a Guiné-Bissau. Exerce suas funções até a Cúpula de Díli, em julho. Início das atividades do grupo de trabalho encarregado de elaborar proposta de nova visão estratégica para a CPLP.
2015	Lançado o programa CPLP Audiovisual, que conta com apoio financeiro brasileiro. Em visita à sede da CPLP, em Lisboa, o então vice-presidente Michel Temer anuncia a disposição do Brasil de sediar a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, em 2016. O oferecimento brasileiro é oficialmente aceito pelo Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, em sua reunião anual, em Díli, em 24 de julho.
2016	O Brasil assume a presidência de turno da CPLP, em 1º de novembro, por ocasião da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Brasília.
2017	No cenário da presidência de turno brasileira, realizam-se as seguintes reuniões ministeriais em território nacional: • X Reunião de Ministros da Cultura (5 de maio, Salvador); • II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (8 de junho, Brasília); • XV Conferência de Ministros da Justiça (29 de junho, Brasília); • IX Reunião dos Ministros do Turismo (29 de junho, Foz do Iguaçu); • XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (20 de julho, Brasília); • IV Reunião de Ministros da Saúde (26 de outubro, Brasília); • V Reunião das Ministras Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP (31 de outubro de 2017, Brasília); • II Reunião de Ministros de Energia (22 de novembro, Foz do Iguaçu).
2018	Ainda sob a presidência brasileira, ocorrem as seguintes reuniões: • III Reunião dos Ministros do Comércio (13 de março, Brasília); • X Reunião dos Ministros da Educação (16 de março, Salvador); • VII Reunião dos Ministros do Ambiente e a Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água nos Países da CPLP (ambas em 21 de março, Brasília); • VIII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (21 de junho, Brasília). Em 18 de julho, Cabo Verde assume a presidência da Comunidade, por ocasião da XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada naquele país. A delegação brasileira foi chefiada pelo então presidente Michel Temer.
2019	Em 1º de janeiro, o embaixador português Francisco Ribeiro Telles assume como secretário executivo da CPLP, por dois anos.
2020	Em fevereiro, o embaixador santomense Armindo de Brito Fernandes assume

	a Direção-Geral da CPLP.
2021	Em 17 de julho, realizou-se a XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo: • Assunção da presidência de turno por Angola para o biénio 2021-2023; • Assinatura do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados membros da CPLP; • Aprovação das candidaturas a Observador Associado da CPLP dos seguintes países e organismos internacionais: Canadá, Catar, Costa do Marfim, Espanha, EUA, Grécia, Irlanda, Peru, Romênia, Grupo G7+, Conferência Ibero-Americana e Organização Europeia e Direito Público; • Adoção de versão revisada do Regulamento dos Observadores Associados, que visa a fortalecer os vínculos entre a CPLP e os Observadores, propiciando à Comunidade extrair maior proveito de sua crescente projeção internacional; • Anúncio do nome de Marcelo Rebelo de Sousa, presidente da República Portuguesa, como o vencedor do prêmio “José Aparecido de Oliveira”, concedido bienalmente pela CPLP a personalidades ou instituições que se destaquem na promoção dos princípios e objetivos da Comunidade; • Passagem de bastão do atual secretário executivo da CPLP, o embaixador português Francisco Ribeiro Telles, para seu sucessor, o ex-chanceler timorense Zacarias Albano da Costa.

ATOS INTERNACIONAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
1. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	16/12/1990	01/01/2007	Em vigor Decreto de Promulgação nº 6.583, de 29/09/2008; D.O.U. nº 189, de 30/09/2008
2. Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	17/07/1998	01/01/2007	Em vigor Decreto de Promulgação nº 6.584, de 29/09/2008; D.O.U. nº 189, DE 30/09/2008
3. Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	25/07/2004	01/01/2007	Em vigor Decreto de Promulgação nº 6.585, de 29/09/2008; D.O.U. nº 189, de 30/09/2008
4. Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP	17/07/1996	17/04/2000	Em vigor Decreto de Promulgação nº 5.002, de 03/03/2004; D.O.U. nº 43, de 04/03/2004
5. Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	17/07/1996	17/04/2000	Em vigor Decreto de Promulgação nº 5.002, de 03/03/2004; D.O.U. nº 43, de 04/03/2004
6. Resolução sobre Revisão dos Estatutos da CPLP – XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros	02/11/2007	02/11/2007	Em vigor Decreto de Promulgação nº 8.339, de 13/11/2014; D.O.U. nº 221, de 14/11/2014
7. Revisão dos Novos	20/07/2017	Sem informação	Sendo preparada

Estatutos da CPLP		sobre entrada em vigor.	exposição de motivos no MRE para envio à Casa Civil
8. Acordo Geral de Cooperação no Âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	17/07/1998	Sem informação sobre entrada em vigor.	Decreto Legislativo nº 264 de 28/12/2000; D.O.U. nº 250, de 29/12/2000
9. XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Resolução sobre a Aprovação do Regimento Interno do IILP	22/07/2011	Sem informação sobre entrada em vigor.	A Exposição de Motivos foi assinada pelo MinC e está em análise pelo MEC.
10. Acordo de Cooperação Consular entre os Estados membros da CPLP	24/07/2008	01/05/2014 Entrada em vigor apenas para os Estados membros que depositaram os instrumentos de ratificação ou equivalentes: Moçambique, Timor-Leste e Portugal	Sob exame da SGEB/MRE
11. Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da CPLP	02/11/2007	01/09/2015 Entrada em vigor após a ratificação por Cabo Verde (2015), Portugal (2014) e Timor-Leste (2009)	Em vigor Decreto de Promulgação nº 9100, de 19/07/2017; D.O.U. nº 138, de 20/07/2017
12. Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP	30/07/2002 Dados obtidos no Concórdia	01/02/2006 Ratificado por: Angola (15/7/03); Portugal (13/8/03); São Tomé e Príncipe (16/9/03); Moçambique (4/1/04); Cabo Verde (1/3/04); Brasil (12/1/06) e Guiné-Bissau (24/11/06).	Em vigor Decreto de Promulgação nº 6.771, de 16/02/2009; D.O.U. nº 33, de 17/02/2009
13. Acordo sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para	30/07/2002	01/02/2006 Ratificado por: Angola (15/7/03);	Em vigor Decreto de Promulgação nº

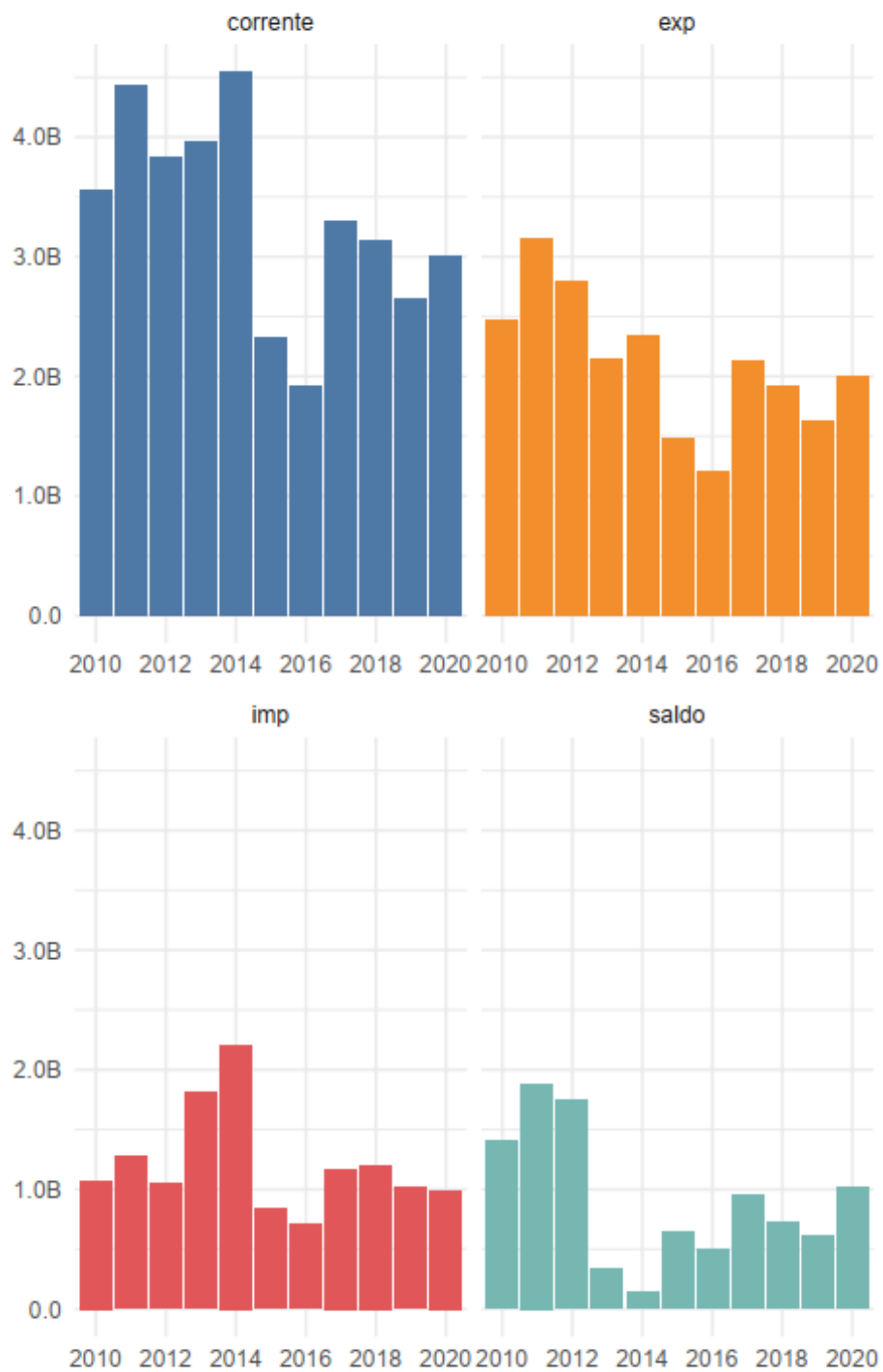
Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração		Portugal (13/8/03); São Tomé e Príncipe (16/9/03); Cabo Verde (1/3/04); Moçambique (4/1/05); Brasil (12/1/2006) e Guiné-Bissau (4/1/05).	6.529, de 04/08/2008; D.O.U. nº 149, de 05/08/2008
14. Acordo sobre Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP	30/07/2002	01/06/2004	Em vigor Acordo publicado no D.O.U. nº 33, Seção 1, de 14/02/2003
15. Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas	30/07/2002	01/11/2005	Em vigor Decreto de Promulgação nº 6.475, de 05/06/2008; D.O.U. nº 107, de 06/06/2008
16. Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da CPLP	30/07/2002	01/07/2004	Em vigor Decreto de Promulgação nº 6.471, de 04/06/2008; D.O.U. nº 106, de 05/06/2008
17. Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço, entre os Governos dos Países Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	17/07/2000	RATIFICAÇÕES: Guiné-Bissau 15/1/2001; Portugal 6/2/2001; Moçambique 15/5/2001; São Tomé e Príncipe 20/12/2002; Cabo Verde 28/8/2003; Brasil 10/7/2003. (Tel. 776, de 30/7/2008). DELBRASCPLP	Aprovado pelo Congresso Nacional Decreto Legislativo nº 329, de 10/07/2003; D.O.U. nº 132, de 11/07/2003 Embora não tenha sido ainda promulgado, o Brasil aplica os termos do Acordo.
18. Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados	23/11/2005	01/08/2009	Em vigor Decreto de Promulgação nº

Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa			8.049, de 11/07/2013; D.O.U. nº 133, de 12/07/2013
19. Convenção de Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005	01/06/2009	Em vigor Decreto de Promulgação nº 7.935, de 19/02/2013; D.O.U. nº 34, de 20/02/2013
20. Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005	01/08/2009	Em vigor Decreto de Promulgação nº 8.833, de 4/8/2016; D.O.U. de 5/8/2016
21. Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre estados de Língua Oficial Portuguesa para Prevenção, Investigação e Repressão das Infrações Aduaneiras	26/09/1986	14/11/2009	Em vigor Decreto de Promulgação nº 8.361, de 17/11/2014; D.O.U. nº 223, de 18/11/2014
22. Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre Estados de Língua Oficial Portuguesa em Matéria de Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas	26/09/1986	14/11/2009	Em vigor Decreto de Promulgação nº 8.361, de 17/11/2014; D.O.U. nº 223, de 18/11/2014
23. Convenção de Cooperação Técnica entre as Administrações Aduaneiras dos Países de Língua Portuguesa	26/09/1986	14/11/2009	Em vigor Decreto de Promulgação nº 8.361, de 17/11/2014; D.O.U. nº 223, de 18/11/2014
24. Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP	24/07/2015	Não entrou em vigor ainda.	Com a incorporação da Previdência Social pelo Ministério da Fazenda, o texto da Convenção foi reencaminhado, em 16/6/17, para

			o Min. da Fazenda para preparação de Exposição de Motivos.
25. Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados Membros da CPLP	17/07/2021	No plano internacional, o Acordo entra em vigor para o Brasil a partir do dia 1/4/22 . O Brasil é o sexto estado membro da CPLP a ratificar o acordo, somando-se a Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Portugal, Guiné-Bissau e Moçambique.	Decreto Legislativo publicado em 18/02/2022. Depósito da Carta de Ratificação em 07/03/2022. Aguarda-se a publicação do Decreto Presidencial com vistas à internalização do instrumento no ordenamento brasileiro.

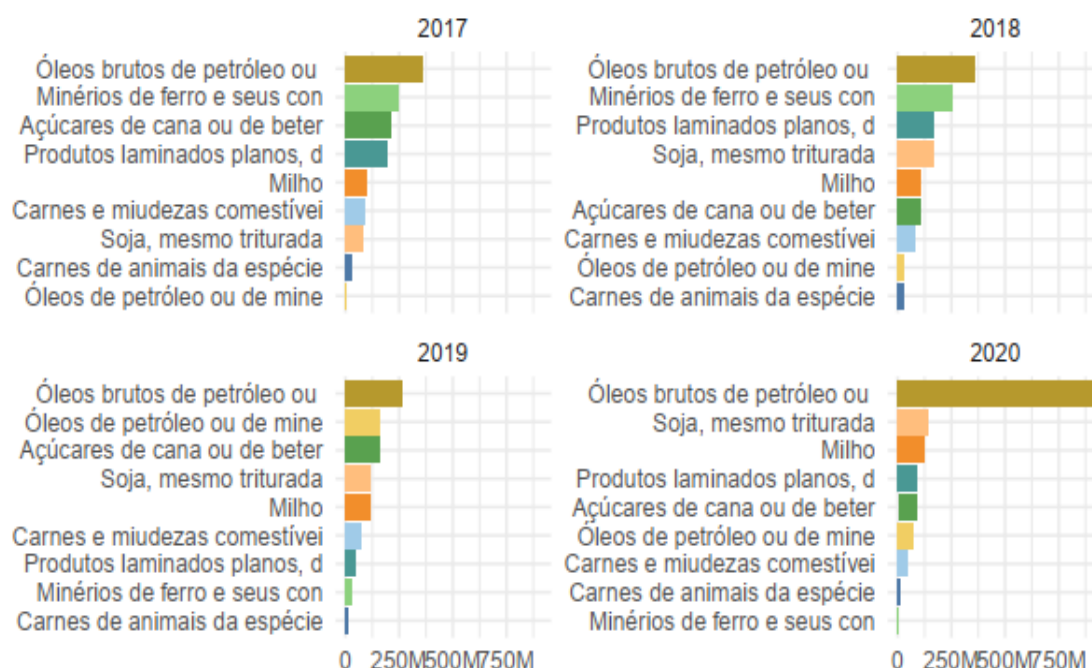
FLUXOS DE COMÉRCIO

Fluxo de Comércio Brasil-CPLP



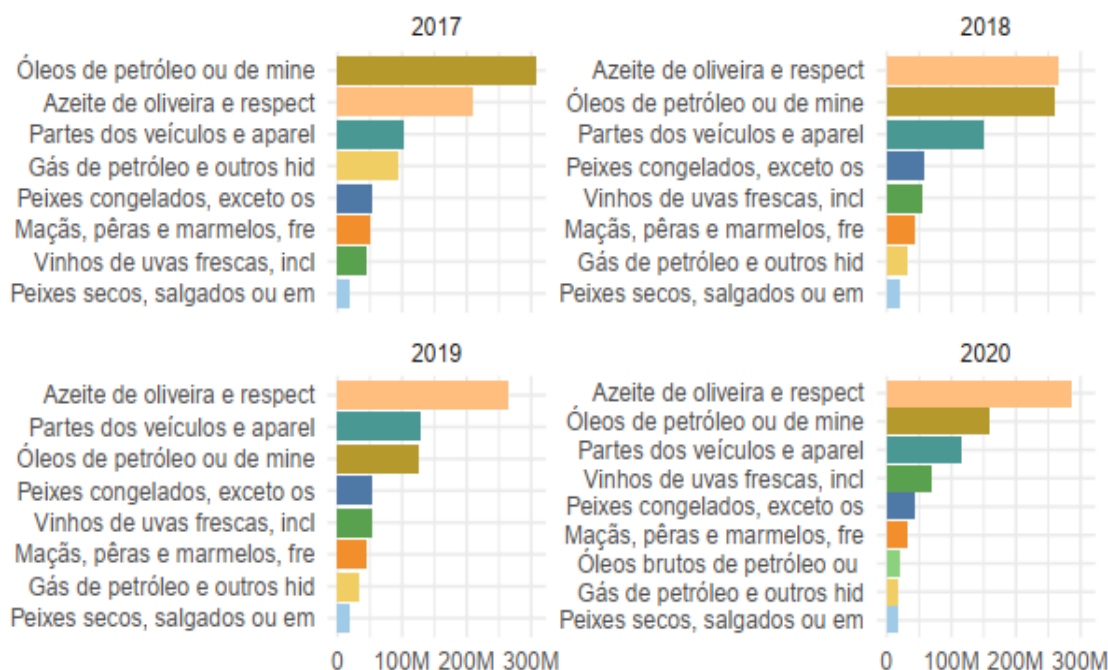
Fonte: Ministério da Economia

Exportações brasileiras à CPLP



Fonte: Ministério da Economia

Importações brasileiras da CPLP



Fonte: Ministério da Economia